



**PARECER PRÉVIO Nº 53/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
(Decisório retificado nos termos dos §§4º, I e 5º do art. 160 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11689/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Envira
- 4- **Responsável:** Ivon Rates da Silva (Ordenador de Despesas)
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Advogado:** Simone Rosado Maia Mendes – OAB/AM nº A666, OAB/PI nº 4550 e Brenda de Jesus Montenegro - OAB/AM nº 12.868
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6159/2018-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Envira. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Envira que julgue Regular com Ressalvas a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Envira**, de responsabilidade do Sr. **Ivon Rates da Silva**, referente ao **exercício financeiro de 2015** nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96 e art. 11, inciso III, alínea “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM

- 11- **Ata:** 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 20 de Agosto de 2019
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.



**PARECER PRÉVIO Nº 53/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(Decisório retificado nos termos dos §§4º, I e 5º do art. 160 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM)**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza,  
Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral

Republicar para todos os efeitos legais, de que esta Corte procedeu à alteração deste decisum, frente à necessidade da inclusão do Parecer Prévio com a recomendação à Câmara Municipal de Envira, conforme Despacho do Relator, à fl. 3056 do processo 11689/2016.



**ACÓRDÃO Nº 53/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 53/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11689/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Envira
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Ivon Rates da Silva (Ordenador de Despesas)
- 6- **Advogado:** Simone Rosado Maia Mendes – OAB/AM nº A666, OAB/PI nº 4550 e Brenda de Jesus Montenegro - OAB/AM nº 12.868
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6159/2018-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Envira. Exercício de 2015.

Regularidade	com	ressalvas.	Multa.
Recomendação.		Determinação.	Ciência.
Arquivamento.			

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1 Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Ivon Rates da Silva, responsável pela Prefeitura de Envira, referente ao exercício financeiro de 2015, nos termos do art. 1º, II e art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 5º, II, da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE;

**10.2 Aplicar Multa** ao Sr. Ivon Rates da Silva no valor de **R\$ 1.706,80**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, devido à restrição não sanada abaixo relacionada:

- Restrição 16: Pelo descumprimento do prazo de envio de remessas ao Sistema GEFIS referente ao 4º e 6º bimestres/15 do RREO, nos termos do art. 308, I, b da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE



**ACÓRDÃO Nº 53/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 53/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3 Aplicar Multa** ao Sr. Ivon Rates da Silva no valor de **R\$ 1.706,80**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, devido à restrição não sanada abaixo relacionada:

Restrição 19: Pelo atraso no envio da remessa referente ao 2º semestre de 2015, nos termos do art. 308, I, c da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4 Aplicar Multa** ao Sr. Ivon Rates da Silva no valor de **R\$ 2.500,00**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, devido às restrições não sanadas abaixo relacionadas:

Restrição 23 e 24: Quanto às dispensas e inexigibilidade de licitação para locação de imóveis e Licitações, nos termos do art. 308, VII da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.



**ACÓRDÃO Nº 53/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 53/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

**10.5 Recomendar ao Sr. Ivon Rates da Silva:**

- 10.5.1** Recomendação para que o Poder Executivo de Envira somente mantenha em Caixa os valores relativos a pagamentos específicos e com vencimento próximo com base em levantamento de despesas vincendas no mês de Janeiro do exercício seguinte;
- 10.5.2** Recomendação à Prefeitura de Envira que mantenha acompanhamento concomitante aos processos de contas e/ou judiciais que possam gerar liquidez e exigibilidade de dívidas perante os cofres públicos municipais;
- 10.5.3** Recomendação para o Poder Executivo de Envira manter o acompanhamento concomitante das ações judiciais de execução ajuizadas por servidores e promova o pagamento tão logo a exigibilidade seja esgotada, evitando atualizações monetárias desnecessárias, resguardando assim os recursos públicos;
- 10.5.4** Recomendação para maior publicidade aos critérios de escolha dos beneficiados pelas bolsas de estudo em universidades privadas na capital do Estado a fim de evidenciar a impessoalidade nessa definição;
- 10.5.5** Recomendação à Prefeitura de Envira atenda aos requisitos da legislação no que tange ao piso nacional do magistério (Lei Federal nº 11.738/08) em forma de vencimentos, para incorporação aos rendimentos no momento da aposentadoria dos professores do município.

**10.6 Determinar a Prefeitura de Envira que:**

- 10.6.1.** Atualize o inventário de materiais de consumo e aplique imediatamente a gestão desses materiais por secretaria municipal com vistas a permitir a correta aplicação e controle de consumo, demonstrando atendimento ao princípio da eficiência e boa aplicação de recursos públicos;
- 10.6.2.** Atualize o inventário de bens móveis e imóveis e aplique imediatamente a gestão desses materiais por secretaria municipal com vistas a permitir a correta aplicação e controle de utilização, demonstrando atendimento ao princípio da eficiência e boa aplicação de recursos públicos;
- 10.6.3.** Elabore orçamentos prévios anuais por Secretaria



**ACÓRDÃO Nº 53/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 53/2019 – TCE – Tribunal Pleno)**

Municipal que permita identificar os critérios de divisão de valores indicados no orçamento anual de forma objetiva e evidenciando o planejamento na gestão de recursos públicos;

**10.6.4.** Identifique os recursos a serem arrecadados com IPTU nos orçamentos anuais posteriores e seu concomitante acompanhamento desses recursos.

**10.7** **Dar ciência** ao Sr. Ivon Rates da Silva e aos demais interessados dessa decisão.

**10.8** **Arquivar** o presente processo, após cumpridas as determinações acima.

**11 Ata:** 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12 Data da Sessão:** 20 de Agosto de 2019

**13 Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**14 Representante do Ministério Público:** Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral